

ROIZ, D. S. (Org.) A história intelectual: entre instituições e letrados na historiografia brasileira. 1. ed. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2015. v. 1. 408p.

História intelectual e historiografia brasileira: práticas e trajetórias.

“A história intelectual: entre instituições e letrados na historiografia brasileira”, publicada pela Editora Paco, em 2015, apresenta uma coletânea de artigos reunidos por Diogo da Silva Roiz, e traz, em seu título, alguns elementos que compõem o cerne da temática da obra. Enveredando pelos caminhos sinuosos da história intelectual, dos intelectuais e das práticas institucionais, o livro convida o leitor a entrecruzar percursos que se constituem no campo teórico e metodológico da escrita da história representada, ora pelas trajetórias de historiadores, comprometidos em pensar nas dimensões do fazer histórico, ora pelas teorias e práticas de pesquisas no âmbito institucional.

Os 17 textos selecionados são de autoria de pesquisadores oriundos de diversas áreas que dialogam com as Ciências Humanas. Os artigos, foram distribuído em duas partes: “Entre representações intelectuais...”, “E Práticas Institucionais”, que demarcam, mas não delimitam e nem antagonizam as discussões; pelo contrário, as partes se comunicam. Embora possuam cadências interpretativas e questões de análise distintas, os artigos destacam a dimensão intelectual como balizadora das reflexões. Além disso, os textos instigam o leitor ao questionamento das múltiplas possibilidades teóricas e metodológicas de investigação da historiografia brasileira e do estudo da história intelectual e dos intelectuais. A leitura dos textos, oferece, segundo o organizador do livro, “subsídios para pensarmos a história intelectual e dos intelectuais, teorias e práticas de pesquisa, temas e objetos de análises, indivíduos e movimentos sociais e culturais, épocas e temporalidades” (p. 19).

A primeira parte do livro, apresenta a relevância e a influência dos intelectuais na sociedade, delineando suas trajetórias e analisando suas produções. Por meio de uma breve biografia Cássio Guilherme, no Capítulo 1, aponta a atualidade do pensamento gramsciano, no que tange à análise da sociedade e dos elementos mantenedores da hegemonia capitalista. Aborda a recepção, interpretação e emprego das teorias de Gramsci pela academia no século passado, dividindo-a em 3 fases: A primeira, incorporado como militante e mártir comunista; a segunda, na qual passa a ser traduzido

e debatido em grupos vinculados ao Partido Comunista Brasileiro e a terceira que representa a sua descoberta e incorporação acadêmica, sendo empregado até hoje em meios acadêmicos.

No Capítulo 2, Fabrício Deffacci faz uma leitura compreensiva do pensamento de Karl Mannheim, como uma tentativa de analisar a crise do século XX, enquanto desintegração social e cultural, apontando a irracionalidade, também, como um projeto da classe burguesa, no momento em que cristaliza seus interesses enquanto classe. Primeiramente, estabelece o amortecimento da crença nacional permanente e da crença no progresso como dois pontos fundamentais para o entendimento do espectro irracional intrínseco à vida social. Depois, situa o historicismo como resposta para a questão do novo sentido da história, apontando-o como bússola para as reflexões no campo das ciências culturais. De acordo com o autor, a “crise diagnosticada despertará em Mannheim a preocupação central com o comportamento humano em meio a sociedade desintegrada” (p.71), ressaltando a possibilidade de intervenção social por parte dos intelectuais por meio da ótica da ciência.

“A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual” nas trajetórias de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda”, expressa em seu título as duas categorias de análise que delinearão todo percurso investigativo da pesquisa de Diogo Roiz no capítulo 3. Partindo da trajetória de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda e da análise de suas produções, entre 1929 e 1959, buscou refletir sobre aquilo que se convencionou a ser definido como “ofício de historiador” no Brasil neste período. Mediante interpretação comparativa destes autores, evidenciou alguns pontos de convergência e de divergência, no tocante das suas produções, bem como em relação aos seus percursos teóricos, metodológicos e posturas políticas, com vistas a compreender o processo de passagem do “autodidatismo” para a “profissionalização” do ofício de historiador no país.

“A pesquisa em História através de Michel Foucault”, texto de Paulo Júnior, Janaína Maia e Regina Nascimento, destacam a perspectiva conceitual, teórica e metodológica foucaultiana relacionando-a com a história. A partir da interpretação dos três momentos: arqueologia, genealogia e subjetividade, desenvolvida por Deleuze, os autores revelam que é mediante o amálgama de palavras e das “múltiplas configurações existentes” (p. 101) que se observa a relação de Foucault com a história. Em outras

palavras, indicam que ao articular as palavras que compõem os enunciados, a noção de significante e significado se diluem, originando, daí, uma rede de infinitos significados.

Embasado pelas concepções de Koselleck, Fiorentino e Ritter, Federico Cavanna desenvolve no Capítulo 5, uma pesquisa em torno no termo laicidade, buscando compreender seus contornos políticos, sociais e institucionais traçados em seus respectivos contextos temporais e de que maneira eles incidiram na formação de uma identidade nacional uruguaia. O texto revela que no trajeto democrático à ditadura, o sentido de laicidade sofreu mudanças profundas, segundo a lógica da classe dominante vigente. Aponta, ainda a divergência existente na visão dos autores analisados acerca do significado do termo.

Fábio Herrig, no capítulo 6, desenha uma linha tênue entre o fazer literário e a história, denotando, a partir da observação de três obras literárias de Hernâni Donato, a saber, “Filhos do destino”, “Chão bruto” e “Selva trágica”, o caráter social da literatura da linha de composição a da produção literária do autor em questão. Inicialmente, Herrig propõe uma breve biografia do percurso do autor e, em seguida, estabelece a relação das obras, selecionadas para análise, com a cultura brasileira, ressaltando elementos, nos quais ficção e realidade se interlaçam, levando a reflexão a respeito da dimensão ideológica de suas obras, “a estrutura social e cultural do Brasil, mais especificamente em relação à terra” (p. 142).

A segunda parte do livro: “...E Práticas institucionais”, tem como texto introdutório “Abílio César Borges e a Instrução da Criança do Século XIX: Contribuições para a análise do estado da arte.”, no qual Luiz Oliveira, João Santo e Natália Oliveira, apresentam um breve panorama do percurso de Abílio Cesar Borges no âmbito educacional, delimitando o território no qual se constituiu sua concepção pedagógica de instrução e seu campo de atuação que levou a formação de um “movimento contra a hegemonia da pedagogia baseada no sadismo pedagógico, impondo a necessidade de se repensar o caráter, o papel e a concepção de escola” (p. 167). Por meio da análise da obra “A Lei nova do ensino infantil (1884)”, na qual tece críticas sobre a escola tradicional, pautada na memorização, método que, segundo o educador, castra a imaginação, a criatividade, incidindo, até mesmo na saúde. Em contrapartida, defende uma escola que ofereça um ambiente cativante, afetuoso, capaz de relacionar conteúdos com a realidade do educando e que proponha um ensino que seja instigante e que estimule o potencial reflexivo e expressivo dos alunos. Os autores

indicam, ainda, que seus esforços no segmento privado de educação, motivaram a implementação de um novo tipo de ensino no Brasil voltado para o desenvolvimento de uma elite privilegiada no setor escolar.

No capítulo 8, o texto “Historiografia Brasileira e Sala de Aula: Possibilidades de Trabalho com a reforma urbana do Rio de Janeiro.”, de Álvares Ribeiro, Sônia Siquelli e Ana Andrade, analisam o uso da música como estratégia de ensino para trabalhar conteúdos referentes a história/historiografia. Tomadas como fonte histórica e como instrumento pedagógico, revelam que a música é capaz de desenvolver uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, o papel do professor é o de mediador entre a música e o aluno, com vistas a suscitar o pensamento histórico nos estudantes, de modo que eles compreendam os movimentos sociais, políticos e econômicos da época estudada. Cristiane Souza, no capítulo 9, como podemos verificar no título de seu texto: “Estratégias de Projeção Pública dos Intelectuais Vinculados ao Debate Educacional no Estado do Paraná nas Primeiras Décadas do Século XX.” dedicou-se ao estudo das estratégias discursivas empreendidas pelo grupo intelectual vinculado ao debate educacional, no estado do Paraná, na primeira metade do século XX. Por meio de fontes variadas, a autora observou que, a leitura feita pelos integrantes desse grupo, de autores consagrados no período, influenciou significativamente “na construção de um discurso que os legitimassem no debate público” (p. 217).

Ambientado nos primeiros anos da República no Ceará, o artigo de Alessandro Façanha “A História das Ciências no Liceu do Ceará: Entre Atos e Fatos – Denúncias do Professor Rodolfo Teófilo”, tem como protagonista o professor de História das Ciências do colégio Liceu do Ceará, Rodolfo Teófilo, cujas atitudes contrárias ao Governo Aciolino, geraram uma perseguição política dentro do Liceu do Ceará. A partir de uma rápida biografia, o autor descreve o professor como “uma daquelas personalidade plurais” (p.231), transitando pelos cenários literário, político e social. O capítulo seguinte, de autoria de Mauro Gonçalves, situa-se no período do Estado Novo (1937 – 1945) e tem por objetivo fazer uma análise linguística de um conjunto de palestras ministradas por Sanivo Gasparini, transmitida via Rádio Tupi entre 1939 e 1940. As palestras verificadas apontaram para um discurso voltado à manutenção da teoria da eugenia brasileira “a partir de um conjunto de orientações e procedimentos quanto à preservação da higiene” (p. 266).

O artigo de Dyeinne Tomé, Raquel Quadros e Maria Machado, buscou verificar as ações realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde, no período de 1934 a 1945, voltadas a educação da mulher, através do programa educacional de Gustavo Capanema. A concepção que norteava o programa visava orientar a formação da mulher no aprendizado de suas obrigações com a família, sendo subserviente ao homem (provedor do lar). No capítulo 13, o texto “Ensino Superior no Paraná: avanço da ação estatal (1950-1970)”, de Névio de Campos, tem a finalidade de debater o processo de implementação do ensino superior na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, a partir da atuação dos intelectuais e agentes do Estado, inseridos no contexto que vai de 1950 a 1970, momento de grande fomento das políticas públicas voltadas a estatização do ensino superior. João Paulo Silva, no capítulo 14 “Entre expectativas e representações: a constituição da Escola Experimental Maria Montessori (1952 -1953), propõe uma reflexão acerca da implementação Escola Experimental Maria Montessori, no bairro de Tingui, na cidade de Curitiba, no ano de 1953, enfocando a trajetória da professora Eny Caldeira. Renata Lourenço aponta, em seu artigo “Os “novos movimento sociais” e a luta por educação dos professores indígenas”, desafios e perspectivas dos movimentos indígenas e indigenistas.

No Capítulo 16, o texto de Marcelo Rocha, situado na Era Vargas, analisa o processo de reconhecimento das instituições na cidade de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, a saber o Instituto Pestalozzi, o Colégio Dom Bosco e o Instituto Osvaldo Cruz, demonstrando que a implantação do ensino secundário na cidade, partiu de uma iniciativa privada, cujo objetivo era constituir um núcleo elitizado que ingressaria no ensino superior. Célia Silvestre, no último artigo da coletânea “Movimento de Professores Guarani e Kaiowá e suas lutas por Direitos”, aponta as complexidades, ainda hoje, vivenciadas pelos Guarani e Kaiowá que, segundo a autora, “fogem à racionalidade e às normas juridicamente estabelecidas” (p.390), demonstrando que tais experiências são consequências históricas, advindas do contato com o colonizador. Partindo dessa constatação, o texto apresenta elementos da atuação política do Movimento de Professores Guarani e Kaiowá, concebendo-o como um movimento social, revestido de características particulares vinculadas à experiências vividas no âmago das relações políticas e sociais do seu povo. Silvestre destaca, ainda, que o movimento é território de luta e reivindicação pelos direitos tanto no âmbito da educação, quanto na participação cidadã integral dos Guarani e Kaiowá na sociedade.

Observamos, então, que a diversidade temática dos textos que articulam esta obra, podem contribuir para a formação de pesquisadores comprometidos em compreender as dimensões teóricas e metodológicas que transitam pelo campo da História Intelectual, através do conhecimento do percurso que orientou as práticas dos intelectuais, bem como os processos históricos e contextuais que nortearam a construção da cosmovisão dos letrados do passado. Além disso, é uma fonte de grande valor, uma vez que sugere ampliações e caminhos para futuras pesquisas.